



MPV 950
00066

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (**covid-19**)

EMENDA MODIFICATIVA N.º

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O § 1º-D do art. 13 da Lei 10.438, de 2002, incluído pelo art. 3º da Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

13.

§ 1º-D. Fica a União obrigada a destinar recursos para a CDE, no montante mínimo de R\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de reais), visando atenuar os efeitos do estado de calamidade pública, previsto pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º. A presente Lei passa a vigor na data de sua publicação.



CD/20944.38764-83



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

KIM KATAGUIRI

Dep. Federal (DEM-SP)

JUSTIFICAÇÃO

A crise associada à pandemia do coronavírus atingirá toda a economia brasileira e é necessário preservar ao menos os setores essenciais de infraestrutura e serviços públicos, tanto no curto prazo para garantir condições mínimas às famílias e empresas quanto para possibilitar a recuperação da economia no menor prazo possível.

Assim a MP 950 traz dispositivos que de um lado acolhem os consumidores pequenos e ao mesmo tempo reduzem os riscos de inadimplência para as distribuidoras e para todo o setor. E de outro criam as bases para um financiamento que permitirá que o setor atravesse os piores meses da crise.

Mas mesmo em um cenário de pandemia que ameaça a sustentabilidade do setor o Governo manteve distorções que oneram o custo da energia, como a cobrança do custo de políticas públicas nas tarifas de energia. É o caso daquelas cobertas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que superam os 20 bilhões de reais ao ano, sobre os quais incidem quase 10 bilhões adicionais em impostos federais e estaduais.

Além disso, em um cenário em que é necessário fazer chegar recursos às famílias brasileiras e também às empresas, que necessitam de capital de giro até para preservar empregos, manter distorções como essa parece inadequado. Nesse ponto é importante registrar que não há mecanismo mais ágil, eficiente e abrangente do que o setor elétrico para alcançar quase a totalidade das famílias e empresas do País.



CD/20944.38764-83



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Diversas iniciativas legislativas tratam da modernização do setor elétrico e da correção de distorções, como esta da CDE, que aloca aos consumidores custos que deveriam estar atribuídos aos contribuintes e conduzidos com a transparência do orçamento da União e obedecendo ao Pacto Federativo.

Enquanto estas distorções não são estruturalmente corrigidas é adequado reduzir seus custos, ainda que momentaneamente e de forma limitada, para todos os consumidores do País.

Assim, estes recursos deverão ser usados para cobrir custos comuns a todos os consumidores como subsídio direto a consumidores de baixa renda, cobertura de custos de encargos setoriais e do custo de políticas públicas alcançados pela CDE ao longo do ano.

KIM KATAGUIRI

Dep. Federal (DEM-SP)



CD/20944.38764-83